

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 02 de maio de 2023 às 07h55
Seleção de Notícias

Correio Braziliense - Online | BR

Direitos Autorais

Google diz que PL das Fake News pode prejudicar jornalismo 3
POLÍTICA | VICTOR CORREIA

Folha.com | BR

Direitos Autorais

Glória Pires, Caetano Veloso e mais artistas defendem direitos autorais na PL das Fake News . . . 4
ÚLTIMAS NOTÍCIAS

BOL - Notícias | BR

Direitos Autorais

Meta critica PL das Fake News e diz que texto cria "sistema de vigilância" 5

Google diz que PL das Fake News pode prejudicar jornalismo

POLÍTICA

O Google declarou, neste sábado (29/4), que o Projeto de Lei (PL) das Fake News, que deve ser votado na Câmara dos Deputados na próxima terça-feira (2/5), pode prejudicar o jornalismo. Segundo a gigante da tecnologia, o PL nº 2.630/2020 desencoraja investimentos, exige que as plataformas veiculem conteúdos prejudiciais e reduz acessos e receita para os veículos.

O projeto prevê a responsabilização das plataformas por conteúdos prejudiciais, além de outros pontos para regulamentação das redes. Com a iminência da votação, após aprovação de pedido de urgência, as empresas como Google, Meta e Titkok têm realizado forte campanha para adiar a votação e buscado o apoio de parlamentares. Outro ponto presente na proposta é que as plataformas serão obrigadas a remunerar conteúdos jornalísticos e protegidos por **direitos** autorais.

Em texto publicado no blog do Google Brasil, o diretor de Parcerias de Notícias na América Latina da empresa, Henrique Matos, argumenta que o PL "colocará em risco os investimentos para combater a desinformação e fortalecer o jornalismo ao criar obrigações sem precedentes para as plataformas de tecnologia que 'usam' notícias".

A gigante da tecnologia já publicou outros textos em seu blog criticando o desenho atual do Projeto de Lei. Sobre o jornalismo, a Google argumenta que a proposta não reconhece "o valor e apoio" que as plataformas prestam à atividade, restringe a capacidade de remover conteúdos nocivos que venham de "suposta fonte jornalística" e reduz o tráfego para os

veículos.

Entidades do jornalismo defendem projeto

Entidades que representam veículos jornalísticos, porém, defendem o projeto. Em manifesto divulgado no dia 18 de abril, um conjunto de 11 organizações declarou apoio ao PL.

"Como já ocorre em outros países, a remuneração da atividade jornalística por plataformas de tecnologia pode ser um elemento decisivo para a formação de um ecossistema jornalístico amplo, diverso e saudável, capaz de se opor à difusão da desinformação e dos discursos de ódio. Tal ecossistema é essencial para a manutenção da própria democracia", diz o texto.

Elas ressaltam, porém, preocupação com a inclusão no projeto de medida sobre o pagamento de **direitos** autorais a produtores culturais, que não tenham relação direta com o combate às informações falsas.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense. É de graça. e participe da comunidade do Correio, uma das inovações lançadas pelo WhatsApp.

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Glória Pires, Caetano Veloso e mais artistas defendem direitos autorais na PL das Fake News

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

São Paulo

Vídeos que circulam em redes sociais mostram artistas como Caetano Veloso, Glória Pires, Leticia Sabatella, Fernanda Torres e outros pedindo que a preservação dos **direitos** autorais em conteúdo replicado também seja incluída no projeto de lei 2630/2020, que tem votação prevista para a próxima terça-feira (2).

O PL das Fake News, como foi apelidado, prevê a criação da Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na **Internet** para a regulamentação das redes e plataformas sociais.

Caetano Veloso, um dos artistas favoráveis à inclusão de **direitos** autorais no PL das Fake News - Sergio Lima/AFP

Na terça-feira (25), uma carta pedindo a inclusão ao PL regras da proteção de produtos replicados, como

conteúdos audiovisuais, foi entregue ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

A cantora Marisa Monte foi uma das artistas que estiveram presentes no plenário para a entrega da carta. "Não estamos aqui representamos corporações, mas sim indivíduos que durante anos trabalharam pela cultura brasileira e também precisam ter seus direitos reconhecidos nas redes", disse.

"Essa não é uma demanda ideológica da direita ou da esquerda", diz a atriz Susana Vieira em um dos vídeos, junto a outros artistas como Antônio Fagundes e Eliane Giardini, que pede a preservação do **direito** autoral no PL das Fake News.

Entidades como a Procure Saber, que reúne artistas e autores, e o grupo 342Artes, são alguns dos que promovem a mobilização com personalidades da mídia no dia da votação do PL, na Câmara dos Deputados.

Meta critica PL das Fake News e diz que texto cria "sistema de vigilância"

A Meta, empresa que agrega o Facebook e o Instagram, criticou o chamado "PL das Fake News" e afirmou que a proposta entra em conflito com leis vigentes e cria um "sistema permanente de vigilância similar ao de países de regimes antidemocráticos". O projeto que regulamenta as redes sociais teve o requerimento de urgência aprovado nesta semana e deve ir a votação na Câmara dos Deputados na próxima terça (2).

O que a Meta alega?

A empresa diz que a proposta "conflita" com o Marco Civil da **Internet** e a Lei Geral de Proteção de Dados, além da própria Constituição Federal; **Um** dos pontos criticados é a proposta para exigir que as empresas paguem detentores de conteúdo protegido por **direitos** autorais, como veículos de imprensa; **Para** a Meta, o dispositivo "não tem qualquer relação" com o combate à desinformação e não traz regras claras sobre **direitos** autorais; **Outro** ponto questionado é sobre o chamado "dever de cuidado"; Para a Meta, obrigar as plataformas a informarem a autoridades policiais suspeita de crimes criaria uma "polícia da **internet**"; **A** empresa alega que esse mecanismo seria "similar ao existente em países de regimes antidemocráticos"; **A** Meta critica ainda um ponto do PL sobre publicidade nas redes sociais, afirmando que colocar as plataformas como co-responsáveis iria "burocratizar" e "restringir" ferramentas de marketing.

Relacionadas Agência reguladora foi principal razão de adiar votação do PL das Fake News Relator retira órgão regulador do texto final do PL das Fake News Orlando Silva: PL foca em criminosos e empresas, não 'tio do WhatsApp'

Muito do recente debate sobre regulação da **Internet** no Brasil tem sido baseado na falsa premissa de que as plataformas digitais lucram com conteúdo vio-

lento e de ódio. Refutamos explicitamente esse argumento" **Meta**

Governo tem vitória, e texto será votado na Câmara

Na terça (25), o plenário da Câmara aprovou por 238 votos a 192, o requerimento de urgência do projeto de lei que regulamenta as redes sociais, chamado de PL das Fake News. O texto deve ser votado na próxima terça (2).

A votação foi marcada pela polarização. Deputados aliados do governo discutiram com parlamentares da oposição, que alegam "censura" no teor da proposta. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), fechou um acordo com as lideranças partidárias na tarde desta terça-feira para votar o requerimento de urgência.

A medida acelera a tramitação do projeto e faz com que ele seja votado diretamente no plenário, sem passar por comissões.

Durante a votação, houve confusão entre as bancadas sobre o entendimento firmado e Lira precisou pressionar os líderes. Segundo Lira, o acordo que teria sido costurado era de apoio de todas as bancadas, sem necessidade de votação nominal.

Líder do PL de Jair Bolsonaro, o deputado Altineu Côrtes discordou de Lira e afirmou que o acordo seria de votação nominal, uma vez que grande parte da bancada é contrária à proposta. O presidente da Casa precisou intervir durante a discussão da urgência, pediu que debatessem de maneira "séria" e afirmou aos "exaltados" que "o assunto não é brincadeira".

Qual é a principal resistência

É questionada pelos deputados a criação de uma entidade autônoma pelo Executivo para fiscalizar as re-

Continuação: Meta critica PL das Fake News e diz que texto cria "sistema de vigilância"

des sociais, ferramentas de busca e empresas de mensagem instantânea. De acordo com o relatório, essa entidade poderá instaurar protocolo de segurança pelo prazo de até 30 dias se as empresas descumprirem obrigações legais ou no caso de risco iminente de danos aos direitos fundamentais coletivos.

A votação da urgência serviu como primeiro teste do tamanho da base do governo Lula na Câmara. Será o termômetro para medir o apoio, inclusive, ao próprio projeto. Para aprovar o projeto, são necessários 257 votos. Por isso o governo depende do apoio do centro e de outros partidos.

A aprovação do PL seria uma vitória do governo no primeiro projeto de repercussão. Além disso, representaria a derrota da oposição em um assunto pelo qual fizeram uma intensa mobilização nos últimos dias.

Últimas conversas por acordo

O presidente da Câmara trata do caso pessoalmente e usa o contexto de violência nas escolas para tentar ampliar o apoio entre as bancadas.

O relator apresentou o texto final aos líderes hoje para tentar um acordo, mas a análise do projeto acabou ficando para a semana que vem.

Relatos do encontro revelam que Orlando Silva aceitou várias sugestões do PL. O Novo não foi convencido e continua contra --mas o partido tem somente três deputados.

Lira também se encontrou hoje com o presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), ministro Alexandre de Moraes, que também levou sugestões para o texto.

Para garantir quórum na sessão, Lira colocou em pauta um assunto de interesse da oposição: a votação que pode apressar a derrubada de medidas do governo que diminuiriam o acesso a armas.

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais
3, 4, 5